



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **299ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 28 de setembro de 2023**

## ATA DA 299ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 28 de setembro de 2023

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
MPS – Wolney Queiroz Maciel	UGT – Aparecido Alves Tenório
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	CUT – Ariovaldo de Camargo
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	CONTAG – Edjane Rodrigues Silva
INSS – Andre Paulo Felix Fidelis	CTB – Rolando Medeiros
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNF – Rafael Baldi da Silva
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNC – Helio Queiroz da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo
CONTAG – Evandro José Morello	CNT – Marcia Gonçalves de Almeida

<b>Palestrante/Convidado</b>
CNF – Alex Sander Gonçalves
MPS - Orion Sávio Santos de Oliveira
MPS – Alexandre Zioli Fernandes

## I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 299ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Informou que o Sistema de Acompanhamento Diário das Taxas dos Empréstimos Consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seria inserido no Portal do INSS pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) no dia 12 de outubro de 2023, no qual poderiam ser acompanhadas as taxas mínimas, máximas e médias diárias praticadas no crédito consignado INSS, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil (BACEN). Registrou que, de acordo com o documento disponibilizado aos(as) conselheiros(as) no dia 27 de setembro de 2023, era possível observar que a maioria das Instituições Financeiras (IFs) estavam praticando uma taxa média abaixo do teto, o que demonstrava que estavam no caminho correto. Questionou ao **Sr. Benedito Adalberto Brunca** sobre as reuniões do Grupo Técnico, o qual esclareceu que o tema do crédito consignado era debatido desde 2006 no âmbito do CNPS e que esse tema sempre era colocado em apreciação no Grupo Técnico para subsidiar os debates do Conselho. O **Sr. Presidente** explicou que realizou esse questionamento devido ao recebimento de documento da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), afirmando que o Grupo Técnico nunca discutiu sobre o crédito consignado, o que não era uma informação verdadeira, e registrou que estavam cumprindo o papel de divulgação diária das taxas nas Páginas “Meu INSS” e da Previdência Social, conforme aprovado pelo CNPS.

## II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Crédito Consignado, o **Sr. Presidente** recordou que deliberaram pela diminuição do teto da taxa do empréstimo consignado em benefício administrado pelo INSS, de 1,97% para 1,91%, na 298ª Reunião Ordinária, utilizando como parâmetro a decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) em relação à taxa SELIC. Solicitou a permissão do CNPS para que o conselheiro representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) apresentasse a proposta elaborada pela FEBRABAN e pela Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), relativa aos parâmetros utilizados para definição das taxas de juros. Salientou que todas as reuniões do CNPS eram públicas, abertas e gravadas, o que, em sua opinião, era muito saudável para a democracia. Em seguida, o **Sr. Rafael Baldi** informou que realizaria a apresentação em conjunto com o Sr. Alex Sander Gonçalves, na qual procuraram endereçar algumas questões debatidas no CNPS em relação à composição do custo do empréstimo consignado INSS. De posse da palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** deu início à apresentação, demonstrando gráfico comparativo de concessões de 2023 e de 2022, de janeiro a agosto, segundo dados da DATAPREV. Registrou a preocupação com a queda nas concessões, apesar dos dados da DATAPREV demonstrarem um aumento médio de 57% no número de operações, uma vez que seria necessário comparar o volume de operações dos meses de abril a agosto de 2023 com o mesmo período de 2022, por se tratar do período de vigência do novo teto. Observou que havia uma queda de 12% no número de operações e de 15,1% em valores, comparando o período de abril a agosto de 2022 e de 2023, influenciado pela diminuição do teto, e comentou que verificaram diferenças relevantes entre o valor de concessão divulgado pela DATAPREV e o divulgado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), sendo: janeiro de 2023: R\$ 18,1 bilhões pela DATAPREV e R\$ 9,2 bilhões pelo BACEN; fevereiro de 2023: R\$ 12,7 bilhões pela DATAPREV e R\$ 6,5 bilhões pelo BACEN; março de 2023: R\$ 7,5 bilhões pela DATAPREV e R\$

36 3,9 bilhões pelo BACEN; abril de 2023: R\$ 11,7 bilhões pela DATAPREV e R\$ 5,2 bilhões pelo BACEN; maio de 2023: R\$ 13  
37 bilhões pela DATAPREV e R\$ 5,5 bilhões pelo BACEN; junho de 2023: R\$ 11,3 bilhões pela DATAPREV e R\$ 4,3 bilhões pelo  
38 BACEN; e julho de 2023: R\$ 12,3 bilhões pela DATAPREV e R\$ 4,8 bilhões pelo BACEN. Relatou que foram aprofundados os  
39 motivos dessas diferenças e uma das razões seria que a DATAPREV considerava como concessão o valor da margem livre,  
40 das portabilidades e o valor total dos refinanciamentos e o BACEN não considerava como concessão o valor das  
41 portabilidades por não haver liberação de novos recursos ao cliente e considerava somente o “troco” liberado ao cliente  
42 nos casos de refinanciamento. Discorreu que, utilizando os quatro últimos meses e adotando o conceito do BACEN nos  
43 dados da DATAPREV, chegaram a valores bem próximos, sendo assim, entendiam que os números do BACEN seria os mais  
44 adequados para as análises. Observando os dados do BACEN entre abril e agosto de 2023, salientou que os bancos  
45 concederam em média R\$ 5,3 bilhões mensalmente, volume que era emprestado em 2018, quando o prazo máximo era  
46 de 72 meses e a margem de empréstimo de 30%, sendo um indicativo de que as concessões estavam sendo impactadas  
47 pelo teto de juros abaixo do recomendado. Demonstrou um exemplo do impacto da redução da taxa do consignado INSS  
48 em um correspondente bancário específico, no qual se verificou redução significativa da remuneração do canal  
49 correspondente de aproximadamente 40%; fechamento de 12 lojas; demissão de 120 colaboradores, sendo 40 de  
50 atendimento e 80 administrativos e tecnologia; e redução de do quadro de colaboradores de 387 para 267 (-31%).  
51 Destacou o papel do correspondente na oferta do crédito consignado do INSS, que, de acordo com os últimos dados do  
52 BACEN, era responsável por 40% da originação do consignado INSS; 77 mil CNPJs atuando no crédito consignado; 240 mil  
53 CPFs Certificados trabalhando na oferta de crédito consignado, além de colaboradores atuando em serviços operacionais;  
54 e desempenhava importante papel no atendimento ao público desbancarizado, visto que 10 milhões de aposentados não  
55 possuem conta e recebem por meio de cartão magnético. Exibiu mapa comparativo da cobertura da rede de agências e  
56 correspondentes, segundo dados do Banco do Itaú, demonstrando a relevância da presença dos correspondentes no  
57 interior do país; tabela com o mix de modalidades de operações dos correspondentes, em que se pôde verificar forte  
58 queda da modalidade da margem livre e aumento da portabilidade e do refinanciamento, devido ao foco na própria  
59 carteira de clientes frente ao cenário de remuneração mais reduzida. Relatou que o estudo realizado com os bancos  
60 associados à ABBC sobre a inadimplência no empréstimo consignado do INSS demonstrou que, muitas vezes, a redução  
61 do teto ocasionava o não atendimento do público com idade com maior risco potencial da operação, o qual procuraria  
62 outras opções, como o crédito pessoal e o crédito para negativados com taxas e prazos totalmente incompatíveis com  
63 suas necessidades. Apresentou alguns dados da pesquisa realizada entre os dias 10 e 13 de março de 2023 junto ao público  
64 tomador do crédito consignado INSS, a qual possuía 1.145 respondentes, 95% de confiança e margem de erro de três  
65 pontos percentuais. Destacou que 78% dos aposentados e pensionistas eram os principais responsáveis pelo sustento da  
66 casa; 31% usavam o empréstimo consignado para pagamento de dívidas, 28% despesas médicas, 27% contas do dia a dia,  
67 24% comprar alimentos, 18% reformas ou obras ou construções, e 17% imprevistos ou emergências; e 29% teriam como  
68 outras opções de crédito o empréstimo pessoal e 12% e 8% dos negativados pediria empestado ou procurariam agiota,  
69 respectivamente. Informou que a pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre os principais motivos para  
70 tomar um empréstimo consignado coincidia com a conclusão da pesquisa apresentada anteriormente, visto que

71 demonstrava que 27% dos entrevistados utilizam o empréstimo consignado para o pagamento de dívidas. Quanto ao custo  
72 de captação para o consignado INSS, explicou o critério utilizado da proporcionalidade da SELIC para redução do teto de  
73 1,97% para 1,91% e registrou que, na visão do Sistema Financeiro, não havia concordância com a adoção desse parâmetro,  
74 e que, considerando os juros compostos, a redução da taxa SELIC equivaleria a 0,004% a.m. no teto, sendo assim o teto  
75 adequado de 1,93%. Salientou que, considerando a nova redução de 0,50% a.a. da SELIC em setembro de 2023, a nova  
76 redução do teto deveria ser também de 0,04% a.m., o que corresponderia a 1,89% a.m. e explanou que o custo de captação  
77 dos bancos tem como base o DI de 2 anos, que possuía média de 10,21% a.a. em setembro de 2023, que nem sempre  
78 guardava correlação direta com a SELIC, que atualmente estava em 12,75% a.a.. Observou que praticamente não houve  
79 alteração do DI de 2 anos desde a última reunião do COPOM, realizada em 2 de agosto 2023, e reforçou a solicitação de  
80 que o DI de 2 anos fosse considerado nas avaliações, o qual era base de custo para capacitação dos recursos que eram  
81 emprestados aos aposentados. Na sequência, indicou como considerações: (i) as operações do Consignado INSS são de  
82 até 84 meses, o que obrigava os bancos a realizarem captações de longo prazo, tendo como referência o DI futuro de 2  
83 anos; (ii) estas captações têm como base o custo pago pelo Tesouro Nacional em seus títulos de longo prazo (risco  
84 soberano), acrescido do prêmio de risco de cada instituição; (iii) existem instituições operando abaixo do teto,  
85 confirmando que o teto não impedia a concorrência entre os bancos. A depender do custo de captação ou da estratégia  
86 (por exemplo, conquistar mais clientes para a abertura de conta, portabilidade de operações dos seus clientes junto a  
87 concorrentes), bancos podem atuar de forma mais agressiva; e (iv) o teto de juros nunca teve como objetivo alijar bancos  
88 da atuação no consignado INSS. Ato contínuo, demonstrou gráfico comparativo entre a média mensal da SELIC e do DI 2  
89 anos em 2023, salientando que a SELIC caiu 1% e o DI 2 anos caiu 2,55% e afirmou que estavam defendendo a utilização  
90 do DI 2 anos por ser a forma de captação de recursos das IFs. Com a palavra, o **Sr. Rafael Baldi** informou que o Secretário  
91 Adroaldo Portal realizou uma provocação na última reunião do Grupo de Trabalho sobre Cartões de Crédito e Cartões de  
92 Benefícios para que fosse apresentada metodologia que, de fato, pudesse ser seguida e, diante dessa provocação, fora  
93 realizado grande esforço com os demais associados. Asseverou que estava claro que o DI 2 anos seria o parâmetro para o  
94 custo do crédito consignado INSS e explanou que havia outros custos para a oferta desse produto, como o custo de  
95 operação e administrativo e o prêmio pago pelo recurso. Explicou que a diferença entre o teto e o DI 2 anos deveria ser,  
96 minimamente, de 1,27%, mesmo patamar observado em dezembro de 2021, o que contemplaria o atendimento de todos  
97 os aposentados e pensionistas do INSS. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** destacou que acreditavam fortemente que  
98 conseguiriam retomar os volumes de concessão anteriores com esse patamar proposto e informou que trouxeram uma  
99 proposta alternativa que não contempla a retomada das concessões anteriores, na qual avaliaria a taxa do empréstimo  
100 consignado a partir da variação do DI 2 anos a cada reunião do COPOM. Explicou como seria realizado o cálculo,  
101 destacando que a taxa estaria em 1,93%, com base na última reunião do Comitê. De posse da palavra, o **Sr. Presidente**  
102 questionou se o cálculo apresentado causaria o aumento do teto de 1,91% para 1,93%. Em resposta, o **Sr. Alex Sander**  
103 **Gonçalves** esclareceu que o teto seria alterado apenas quando houvesse variação de no mínimo 0,05% a. m., então, não  
104 haveria alteração do atual teto e que estariam sugerindo que a adoção da metodologia tivesse com data-base 1º de janeiro  
105 de 2023. Comentou que a última Instrução Normativa PRES/INSS nº 152, de 24 de agosto de 2023, estabeleceu que a taxa

de juros mensal deveria obedecer o limite máximo de juros recomendados pelo CNPS, o que significava que as novas decisões do CNPS quanto ao teto de juros entrariam em vigor de imediato, sem a necessidade de nova instrução normativa do INSS. Diante do exposto e em virtude de questões operacionais, solicitou que as alterações do teto entrassem em vigor cinco dias a partir da publicação da recomendação do Conselho para que os bancos tivessem tempo hábil para ajustar os seus sistemas. Finalizando, o **Sr. Rafael Baldi** explicou os motivos de utilizar os dados do BACEN, sendo eles: a consolidação dos dados de todos os bancos; a existência de metodologia aberta; utilização da mesma metodologia de tratamento para todos os produtos de empréstimos e de créditos transacionados; e utilização do mesmo critério para o custo de captação. O **Sr. Presidente** registrou que fora dado todo tempo solicitado para a apresentação da proposta da FEBRABAN e da ABBC e reafirmou a realização de reuniões do Grupo Técnico antes da reunião do CNPS para examinar os temas. Destacou que, de acordo com a tabela disponibilizado do BACEN, a maioria dos bancos estavam praticando como média a taxa do teto, exceto, os Bancos CFS SA Carrefour e a SENFF SA. Concedida a palavra, o **Sr. Paulo Roberto Pinto** comentou que cada estudo estatístico do Banco Central do Brasil possuía um objetivo e que nem sempre o seu objetivo poderia ser o mesmo discutido pelo CNPS e explicou que as operações de troca com troco e de portabilidade insidiam Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), as quais geravam remuneração para quem estava disponibilizando-as. Afirmou que a troca com troco e a portabilidade eram sim novas operações financeiras e que a estatística realizada pelo BACEN não se aplicava ao caso do CNPS e salientou que os bancos realizavam captações de grande porte no interbancário e que não poderiam misturar a estratégia comercial dos bancos com a estratégia de captação tradicional do mercado. Por fim, rememorou que havia um estoque na carteira de cada IF que não sofria com as alterações do teto. O **Sr. Adroaldo Portal** registrou que participou da reunião do Grupo de Trabalho sobre Cartões de Crédito e Cartões de Benefícios em que fora realizada essa discussão e explanou que continuava com a proposição de discutir o conceito. Relatou que o Sistema Financeiro entendia que a portabilidade não era uma nova operação, em que pese a necessidade de fazer captação e lembrou que o CNPS discutiu sobre a importância de reduzir o assédio. O **Sr. Presidente** reforçou que o Conselho discutiu e aprovou a coibição do assédio por meio de vários mecanismos. Retomada a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** observou que o Sistema Financeiro estava contribuindo para essa redução por meio da Autorregulação e presumiu que todos esses procedimentos poderiam consequentemente reduzir o número de pessoas que se endividam sem necessidade. Ponderou que havia uma diferença de conceito em relação à disponibilidade de crédito, na qual se entendia que deveria haver um novo CPF endividado, ou seja, a portabilidade não era considerada expansão de crédito, mesmo que a IF tenha que buscar recursos para emprestar. Destacou que a postura da gestão do INSS e do MPS era buscar a redução do endividamento dos aposentados e que, em sua opinião, não era tão preocupante a discussão sobre a possibilidade de redução moderada do número de novos contratos. Pontuou que a maioria dos membros do CNPS reconhecia a existência de um excesso de endividamento por parte dos aposentados e pensionistas e que uma parte desse excesso não era por necessidade ou por urgência. Registrou que a sua expectativa de houvesse um momento em que não houvesse a necessidade de captação de clientes para o empréstimo consignado INSS e que fosse o próprio aposentado e pensionista que buscassem o crédito. Abrindo às manifestações, o **Sr. Bartolomeu França** observou que havia uma redução considerável de concessões durante os meses de março, abril e maio de 2023 e que fora justamente nesse período que se realizou a antecipação do 13º salário, o que

141 poderia ter influenciado nessa situação. Ponderou que muitos trabalhadores não possuíam margem para realização de  
142 novos empréstimos e questionou se havia a possibilidade dos aposentados estarem mais conscientes e recebendo alguma  
143 orientação financeira. Relatou que os juros eram baixos e atraentes, mas teria um custo de mais de 25% a. a., sendo um  
144 juro ainda alto e indagou quais seriam os itens que compunham os juros do crédito consignado do INSS se a SELIC não era  
145 um indexador desses juros. O **Sr. Gerson Carvalho** registrou que estava tomando posse neste dia como representante do  
146 Sindicato Nacional de Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT) e que havia participado desse  
147 Conselho entre 2015 e 2019, o que contribuiu para o seu aprendizado. Estranhou o fato de não ter sido apresentada  
148 proposta de diferente de parâmetro quando a SELIC estava estabilizada em 13,75% e salientou que, como representante  
149 dos aposentados e pensionistas, comemoraria a queda das concessões de empréstimos consignados do INSS. Comentou  
150 que a taxa de inadimplência demonstrada na apresentação seria em função do óbito do segurado, fator esse que já estava  
151 incluído nos juros e informou que o SINTAPI/CUT impetrou várias ações contra a realização de empréstimos consignados  
152 sem a solicitação do segurado, questionando se a FEBRABAN tinha os dados em relação à devolução desses empréstimos  
153 para conhecimento. A **Sra. Tônia Galleti** registrou a sua preocupação com a discussão realizada, tendo em vista que o ideal  
154 seria estarem discutindo os motivos dos aposentados e pensionistas receberem poucos recursos e pontuou que esse  
155 governo viabilizava e montava a sua economia sob o crédito. Recordou que a criação do crédito consignado INSS teve  
156 como objetivo retirar os aposentados da agiotagem e do empréstimo pessoal e afirmou que era louvável todo o esforço  
157 realizado para reduzir os juros a essa população, todavia, possuía preocupação de que as medidas tomadas pudessem  
158 diminuir a oferta desse serviço. Com a palavra, o **Sr. Presidente** refletiu que era necessário saber qual era o público que  
159 estavam tratando e inferiu que o papel do CNPS era esclarecer esse debate. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** comentou  
160 que houve uma situação atípica de 1.511.000 novas operações de empréstimo no mês de abril de 2022 e isso, comparado  
161 com o mesmo período de 2023, traria para a média uma situação fora da curva e que houve o crescimento de 89% em  
162 quantidade e de 133% em valores em relação às operações de portabilidade, comparando o período de janeiro a agosto  
163 de 2022 e de 2023 e de 81% em quantidade e de 132% em valores comparando o período de março a agosto de 2022 e  
164 de 2023. Quanto ao refinanciamento, registrou que as operações foram 33% maiores e 5% menor em relação aos valores.  
165 Informou que foram entregues três planilhas aos(as) conselheiros(as) e salientou que associar a questão da idade à  
166 situação de risco e à oferta de crédito não seria adequado. Explanou que a planilha disponibilizada sobre os empréstimos  
167 consignados por faixa etária demonstrava que havia uma pequena redução em relação à averbação de novos contratos  
168 para aposentados e pensionistas em todas as faixas etárias, o que não significava que a oferta do crédito estava baixa e  
169 que a planilha de portabilidade havia um aumento do número de empréstimos para aposentados e pensionistas em todas  
170 as faixas etárias, assim como no refinanciamento. Pontuou que os bancos não teriam problemas em relação à  
171 portabilidade e ao refinanciamento considerando a idade de acordo com os dados administrativos das averbações  
172 realizadas e, diante desse fato, discorreu que os argumentos apresentados pelos representantes das IFs não se  
173 sustentavam para a discussão da diminuição, ou não, do teto da taxa de juros. Asseverou que estavam buscando, com  
174 muito equilíbrio e consciência, alternativas para regulação desse mercado. O **Sr. Francisco Pegado** relatou que o ideal era  
175 especificar a taxa praticada de acordo com o menor e o maior risco, para que pudessem ter conhecimento, de fato, do

que a inadimplência representava e recordou que se discutiu que a taxa de juros do empréstimo consignado deveria ser adequada ao momento econômico nos períodos anteriores e o primeiro ponto colocado pelas IFs fora justamente essa taxa focada na SELIC. Inferiu que caracterizar como referencial o DI 2 anos nesse momento representava uma nova composição, que precisaria ser melhor explicada e salientou a importância de indicar quais seriam os itens que representava o custo operacional da operação. Comentou que deveriam comemorar a estabilidade nas operações, que poderia ter como causa a diminuição do assédio e que seria importante colocar a informação de quantas recuperações eram realizadas em relação à inadimplência. Por fim, resgatou as discussões iniciais para construção do empréstimo consignado do INSS, em que todas as IFs indicavam a taxa de juros que cada uma praticaria para que fosse dada a devida publicidade. De posse da palavra, o **Sr. Presidente** desculpou-se por não ter registrado a posse dos(as) novos(as) conselheiros(as) no início da reunião, realizando-a nesse momento. Foram empossados os(as) seguintes conselheiros(as) titulares e suplentes: Srs.(as) Evandro José Morello, como membro suplente dos aposentados e pensionistas, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Gerson Maia de Carvalho, como membro titular dos aposentados e pensionistas, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas Idosos (SINTAPI/CUT); Edjane Rodrigues Silva, como membro titular dos trabalhadores em atividade, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Aparecido Alves Tenório, como membro suplente dos trabalhadores em atividade, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); e Marcia Gonçalves de Almeida, como membro suplente dos empregadores, representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Concedida a palavra, o **Sr. Ariovaldo de Camargo** agradeceu o esforço do Sr. Rafael Baldi e do Sr. Alex Sander Gonçalves para trazer as informações e ponderou que não terminariam essa reunião com a definição de um parâmetro adequado para o crédito consignado INSS. Lembrou que houve a proliferação de instituições para a oferta desse produto a partir do momento que fora constituído e salientou que o ideal seria que os aposentados e pensionistas não necessitassem de empréstimo e que diminuir o número de concessões era desejável por meio da educação financeira, que seria um processo longo a ser perseguido, mas não para o sofrimento. Finalizadas as manifestações, o **Sr. Rafael Baldi** esclareceu que a alta inadimplência impediria que determinado segurado conseguisse o empréstimo consignado se não houvesse uma taxa que cobriria o risco por meio da diluição da inadimplência no total de empréstimos, o qual não se pagaria no nível atual do teto. Afirmou que não ficaria feliz se houvesse menos aposentados utilizando o crédito consignado devido a sua falta de disponibilidade e explanou que fora solicitada a apresentação de uma proposta institucional para o CNPS que pudesse resolver o problema. Observou que muitas das medidas adotadas pela FEBRABAN nasceram dessa mesa de discussão e recordou que foram trazidas duas apresentações neste ano demonstrando a queda no número de reclamações, as quais ainda não estavam em níveis satisfatórios. Em relação aos custos do crédito consignado, esclareceu que já realizaram apresentação de quais eram os custos para oferta desse crédito, dentre eles, o custo de inadimplência, custos de salários, custo com aluguel, custos de distribuição de canais, que levavam ao custo demonstrado de 1,27%. Destacou que a FEBRABAN não compactuava de forma alguma com qualquer assédio e que seria interessante que fossem apresentadas algumas sugestões para melhorar os números existentes. Explicou que não havia IOF para as operações de portabilidade, mas sim para as operações de



refinanciamento em relação à diferença recebida e que utilizavam os dados do BACEN em relação aos dados financeiros que eram repassados, os quais eram convertidos em uma média para identificar o número de clientes do crédito consignado. Concordou que a concessão usada em 2022 não deveria ser comparada com 2023 e, por isso, foram apresentados os dados desde 2016 e comentou que os dados de 2023 estavam assemelhados aos dados de 2018. Por fim, explicou como era realizada a captação de recursos para os empréstimos realizadas nas IFs, destacando que o DI 2 anos era utilizado para operações de longo prazo. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** realizou a leitura da definição de portabilidade do BACEN, que fora a mesma definição utilizada pela FEBRABAN, e afirmou que não havia a incidência de IOF nessa operação e apenas sob o troca nos refinanciamentos. Manifestou que era necessário captar investimentos com um prazo mínimo de dois anos para realização de empréstimo consignado INSS com um prazo de 84 meses, para que não houvesse um risco de descasamento de liquidez e solicitou que, caso o MPS encaminhasse para a votação a proposta apresentada no Grupo de Trabalho de redução do teto, apesar dos argumentos apresentados, a redução fosse equivalente a 0,5% a. a., que correspondia a 0,004% a. m.. O **Sr. Presidente** observou que 41 instituições operavam o crédito consignado. Dessas, apenas duas praticavam o teto como taxa média e, as demais, estavam praticando taxa média abaixo da proposta e, diante desse aspecto, solicitou que a proposta do MPS não fosse apresentada e propôs que fosse realizada uma reunião do Grupo Técnico uma semana antes da reunião do CNPS, para discussão dos números reais que seriam apresentados pelo MPS, INSS e FEBRABAN. Ponderou que a apresentação realizada pela FEBRABAN demonstrava a necessidade de aumentar a taxa para 1,93%, o que estava na contramão da luta que a própria FEBRABAN defendia, de que o parâmetro fosse o índice do BACEN, e propôs também que já fosse realizada uma reunião na próxima semana do Grupo Técnico para discussão desse tema para posterior definição de data para uma reunião extraordinária do CNPS para deliberação do tema. Não havendo manifestações, colocou em apreciação e aprovação as propostas supracitadas, as quais foram aprovadas à unanimidade dos(as) Conselheiros(as), com votos favoráveis da CNF, CNM, CNA, CNC, CONJUR/MPS, SRPC/MPS, INSS, SRGPS/MPS, SRGPS/MPS, CONTAG, CUT, FS, SINDNAPI/FS, COBAP, SINTAPI/CUT e CSB. O **Sr. Bartolomeu França** destacou a necessidade de reunir o Grupo de Trabalho de discussão da composição do CNPS, solicitando atenção do Ministro nesse aspecto e **Sr. Presidente** afirmou que havia se comprometido a essa questão. Com a palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** sugeriu que o Grupo Técnico sobre Cartões de Crédito e Cartões de Benefícios se reunisse no dia 4 de outubro de 2023, às 14h, de forma virtual e, havendo a concordância da unanimidade dos(as) Conselheiros(as), o **Sr. Rafael Baldi** justificou que teria que se ausentar da reunião devido ao horário de saída do seu voo. O **Sr. Presidente** informou que também teria que se ausentar devido a outros compromissos institucionais e passou a condução dos trabalhos ao **Vice-Presidente, Sr. Wolney Queiroz**, que deu sequência à reunião, instando o segundo ponto de pauta: Apresentação do resultado do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) 2024. De posse da palavra, o **Sr. Orion Oliveira** deu início à apresentação, explicando que o FAP fazia parte do cálculo do Seguro Contra Acidente de Trabalho (SAT), custeado pelos empregadores, que teria como regra a definição de alíquota coletiva por meio do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT), a qual possui alíquota de 1% ou 2% ou 3%, definida de acordo com a atividade econômica da empresa. Discorreu que essa definição coletiva, do ponto de vista securitário, não se mostrava eficiente e, por isso, em 2002, fora publicada uma medida provisória que, posteriormente, fora convertida

na Lei nº 10.666, a qual trouxe em seu artigo 10 a criação de um sistema bônus x malus, que bonificava as empresas com bom desempenho em relação à frequência/gravidade/custo dos acidentes de trabalho e que penalizava os empregadores com pior desempenho, o FAP. Relatou que o primeiro cálculo do FAP fora realizado em 2010 e, desde então, o FAP era calculado anualmente, atendendo o conceito constitucional do SAT e, na sequência, elencou os fundamentos legais dessa matéria, sendo eles: (i) Art. 10 da Lei nº. 10.666, de 8 de maio de 2003 – “Institui o sistema bônus X malus no Seguro contra Acidentes de Trabalho; (ii) Art. 126, II, da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, com redação dada pela Lei nº. 13.846, de 2019, que transfere a competência para julgamento das contestações e recursos do FAP atribuído aos estabelecimentos empresariais para o CRPS; (iii) Arts. 202-A, com redação dada pelos Decretos nº 6.042, de 2007, 6.957, de 2009 e nº. 10.410, de 2020; e (vi) Resolução CNP nº. 1.347, de 06 de dezembro de 2021, que consolidou as Resoluções 1.329 e 1.335, ambas de 2021, sem alterar a metodologia, estabelecendo a metodologia de cálculo do FAP. Explicou que a metodologia utilizada para o cálculo do FAP vigência 2024 fora o mesmo utilizado desde 2017 e que esse Fator se aplicava a 30% dos estabelecimentos empresariais que representavam 66% dos vínculos e 77% das remunerações. Relatou que o FAP era calculado todos os anos tendo como base os dois anos anteriores ao ano vigente do cálculo e teria vigência apenas no ano posterior e que eram considerados: data do cadastramento da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), Data do Despacho do Benefício (DDB), atividade econômica (CNAE) mais declarada em GFIP e eSocial pelo estabelecimento e a renumeração e números de vínculos declarados em GFIP e eSocial pelo estabelecimento. Com a palavra, a **Sra. Tônia Galleti** questionou se era considerado um determinado setor para definição dos dados do período base e, em resposta, o **Sr. Orion Oliveira** esclareceu que as empresas de cada setor eram ranqueadas, visto que as melhores colocadas teriam um FAP bônus e as piores teriam uma tributação maior. A **Sra. Tônia Galleti** também questionou se haveria algum impeditivo em utilizar como período base a data de início dos benefícios, uma vez que, em sua opinião, não era razoável utilizar benefícios ainda que implantados nos anos anteriores. Em resposta, o **Sr. Orion Oliveira** afirmou que havia um impeditivo, visto que a metodologia estava definida na Resolução CNP nº 1.347/2021 que estabelecia a utilização da data do despacho do benefício. Continuando a exposição, informou que o cálculo do FAP considerava o índice de frequência, o índice de gravidade e o índice de custo e, em seguida, deu início a apresentação dos resultados do cálculo do FAP vigência 2024, elencando como aspectos relevantes: dados de massa salarial e vínculos oriundos de duas fontes: GFIP e eSocial; cálculo na CNAE subclasse 2.3 (Decreto nº. 10.410, de 2020); e impacto da pandemia de COVID-19 nos dados pode ter sido superado. Destacou que o FAP vigência 2024 fora distribuído da seguinte forma: 93,10% de bônus, 3,2% de neutro e 3,71% de malus e demonstrou quadro com a porcentagem de distribuição dos resultados do cálculo do FAP de 2014 a 2024 por estabelecimentos e algumas informações importantes, sendo elas: (i) publicação da Portaria Interministerial MPS/MF nº. 1, de 20 de setembro de 2023; (ii) publicação dos róis de percentis por subclasse da CNAE serão divulgados no endereço: ; (iii) possibilidade das empresas consultarem na aplicação nova somente, com acesso via GOV.BR; (iv) período de contestações: 01 a 30 de novembro de 2023; e (v) análise das contestações pelo CRPS. De posse da palavra, a **Sra. Tônia Galleti** indagou se era no momento da aplicação do cálculo às empresas que a elas poderiam contestar o FAP dirigido por eventualmente estar desenvolvendo um trabalho de redução e, em resposta, o **Sr. Orion Oliveira** esclareceu que as informações específicas das empresas eram consultadas apenas por elas e que o cálculo por atividade econômica era para

281 fins estatísticos e não gerava nenhuma repercussão para a tributação da empresa. Finalizando, informou que a nova  
282 aplicação do FAP poderia ser acessada por meio do GOV.BR, que possuía uma série de informações e o manual de  
283 orientação e reforçou que a aplicação anterior do cálculo do FAP não estava mais disponível. Concluído o tema, o **Sr. Vice-**  
284 **Presidente** esclareceu que, devido ao tempo utilizado para apreciação do primeiro ponto de pauta, deliberou-se por  
285 transferir o lançamento do Boletim Estatístico Mensal de Benefícios por Incapacidade para a próxima reunião do CNPS.

286

287 **III – ENCERRAMENTO**

288 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Wolney Queiroz** deu por encerrada a 299ª Reunião  
289 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada  
290 a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.